

URUCUBACA

Numa malvadeza do calendário, o ministro José Antonio Dias Toffoli foi eleito para a presidência do Supremo Tribunal Federal no mesmo dia em que o pretório excelso decidiu por 7 x 4 pedir ao Congresso um aumento de 16,38%. Cada eminente ministro pretende receber R\$ 39,3 mil mensais.

Toffoli votou a favor do mimo e disse o seguinte:

"Não se está encaminhando para o Congresso um acréscimo ao orçamento do Supremo. Está se encaminhando uma previsão para uma recomposição remuneratória parcial de 2009 a 2014. Não se está tirando de saúde, de educação. Está-se tirando das nossas despesas correntes, dos nossos custeios."

De duas uma, ou Toffoli não sabe que o aumento dos ministros do Supremo desencadeia um efeito cascata que pode custar entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões à Viúva, ou sabe e acha que a choldra é boba.

Tomara que ele acredite na segunda hipótese, pois se o novo presidente do Supremo não sabe como funciona o teto dos salários dos servidores, sua presença na cadeira é uma ameaça à ordem pública.

Judiciário é o único Poder a não respeitar limite de gasto

Pela regra do teto, despesa da Justiça deveria crescer 7,2%, mas já avançou 8,8%

Bernardo Caram

Brasília Protagonista da atual discussão sobre reajustes salariais e seus consequentes impactos em um Orçamento que opera no negativo, o Judiciário é o único dos três Poderes da União a não respeitar a regra que estabelece limite para o crescimento das despesas.

Segundo dados do Tesouro Nacional, o Judiciário já ampliou seus desembolsos em 8,8% no primeiro semestre deste ano. A variação é mais alta que os 7,2% permitidos pelo teto de gastos para este ano.

Uma reversão do quadro não é fácil, já que os órgãos da Justiça comprometem mais de 80% das despesas sujeitas ao teto com salários e encargos sociais, que não podem ser simplesmente cortados.

A regra do teto de gastos, aprovada em dezembro de 2016, define que o crescimento das despesas do governo federal será limitado à variação da inflação por um período de dez anos, com possível prorrogação por mais dez.

O descumprimento da regra pelo Judiciário pode ser corrigido até o encerramento do ano, quando o governo federal fecha as contas.

Mantido o estouro do limite, o Executivo terá de compensar esse excesso gastando menos do que o permitido.

No ano passado, ou so desse mecanismo já foi necessário.

Com um limite autorizado de crescimento de 7,2% em 2017 para todos os Poderes, o Judiciário elevou os gastos em 7,5%. O excesso teve de ser absorvido pelo Executivo.

Como a economia de cada Poder

foi repassada para este ano como saldo, o limite de gastos não é mais linear.

O Executivo, por exemplo, tem um teto que permite alta de 7,1% dos gastos e ampliou as despesas no primeiro semestre deste ano em 5,3%. Isso ainda deixa uma folga no Orçamento.

O Legislativo, por sua vez, ampliou os desembolsos em 2,7% de janeiro a junho, índice bem menor do que os 9,6% permitidos.

No total, juntando todos os Poderes, o gasto poderá crescer no máximo 7,1% neste ano.

Mantida a tendência, o descumprimento da regra pelos órgãos da Justiça deve ser observado novamente neste ano — e pode ser ainda mais intenso em 2019.

Os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiram propor





um reajuste de 16,38% para os próprios salários, de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,3 mil. O novo valor valeria a partir do próximo ano.

Se for aprovado pelo Congresso, o aumento vai gerar um efeito cascata, porque o valor pago aos ministros é o teto para o funcionalismo.

Desse modo, o reajuste do STF provoca aumento automático na remuneração de servidores que hoje têm salários cortados por estarem acima do limite.

Além disso, algumas categorias têm seus reajustes atrelados aos dos ministros.

Apesar de o Executivo compensar os excessos do Judiciário, essa facilidade tem data para acabar.

A partir de 2020, cada um dos três Poderes —além de Defensoria Pública da União e Ministério Público da União— terá de respeitar seu próprio limite, sem a possibilidade de auxílio.

Em caso de descumprimento do teto de gastos, são acionados gatilhos de ajuste, como veto a aumentos salariais de servidores,

criação de cargos e realização de concursos.

O professor da FGV Faesp Sergio Luiz de Moraes Pinto alerta para o fato de que o governo corre o risco de ser obrigado a conceder reajustes mesmo em caso de acionamento desses gatilhos.

Ele afirma que a regra veda esses aumentos, a menos que sejam provenientes de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à entrada em vigor da norma.

“Nesses casos, o governo será obrigado a dar os aumentos, mas vai ter de cortar em outro lugar, possivelmente em despesas sociais, saúde ou educação”, afirmou.

A pressão dos gastos com pessoal, somada a outras despesas em trajetória de crescimento, como a da Previdência, já está aos poucos estrangulando o Orçamento e forçando cortes de gastos não obrigatórios.

Neste ano, o governo prevê um desembolso de R\$ 127,7 bilhões com despesas discricionárias, o que representa menos de 10% do limite de gastos, estipulado em R\$ 1,347 trilhão.

O relator do projeto que estabeleceu as bases para o Orçamento de 2019, senador Dalírio Beber (PSDB-SC), ressalta que o governo já está perdendo, por exemplo, a capacidade de investir. Ele explica ainda que não é viável cortar certas despesas discricionárias.

“Gasto não obrigatório é só o nome, porque o governo não pode deixar de pagar água, luz e aluguel”, disse.

Para o diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), José Ronaldo de Castro Souza Júnior, a crise que o país vive exige contribuição e sacrifício de todos os setores.

“A gente não pode ter um Poder que não leve em consideração a situação em que o país se encontra”, disse.

A investida do Supremo em busca de aumentos salariais vem em meio a uma série de tentativas frustradas do governo federal de barrar os reajustes de servidores.

Em outubro de 2017, o presidente Michel Temer editou uma medida provisória para suspender





reajustes de uma série de carreiras.

O texto foi bloqueado por liminar do STF e acabou perdendo a eficácia.

Nas diretrizes do Orçamento do próximo ano, o relator chegou a propor a proibição de reajustes, mas foi derrotado em plenário.

Agora, o Ministério do Planejamento entregou a Temer uma nova proposta para suspender reajustes.

Segundo a pasta, a potencial

economia de R\$ 6,9 bilhões com a medida em 2019 será revertida em investimentos em educação e programas sociais.

“É importante frisar que o Orçamento de 2019 está sendo construído em um cenário de forte restrição fiscal da economia brasileira”, ressaltou o ministério.

AAjufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil) informou que não vai se manifestar porque, segundo a entidade, o reajuste ainda vai ser discutido pelo Congresso e não existe na prática.

Executivo terá de compensar excesso de despesas do Judiciário caso estouro seja mantido

Em quanto o gasto já aumentou no primeiro semestre, comparado com o mesmo período de 2017

Poder Judiciário



Poder Executivo

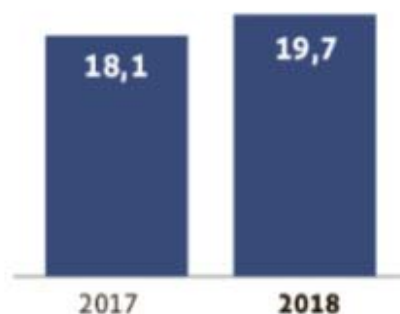


Poder Legislativo

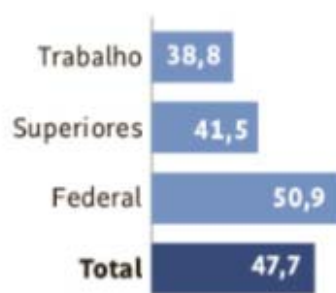


Limite da regra do teto de gastos do Poder Judiciário*

Em R\$ bilhões



Gasto médio por magistrado, em 2016, em R\$ mil por mês





Peso do gasto com pessoal e encargos sociais
no orçamento de órgãos do Judiciário

Justiça do Trabalho

Gasto com pessoal:
R\$ 14,6 bilhões



Justiça Militar

Gasto com pessoal:
R\$ 360 milhões



Justiça Federal

Gasto com pessoal:
R\$ 7,7 bilhões



STJ

Gasto com pessoal:
R\$ 950 milhões



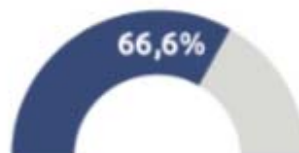
Justiça Eleitoral

Gasto com pessoal:
R\$ 4,3 bilhões



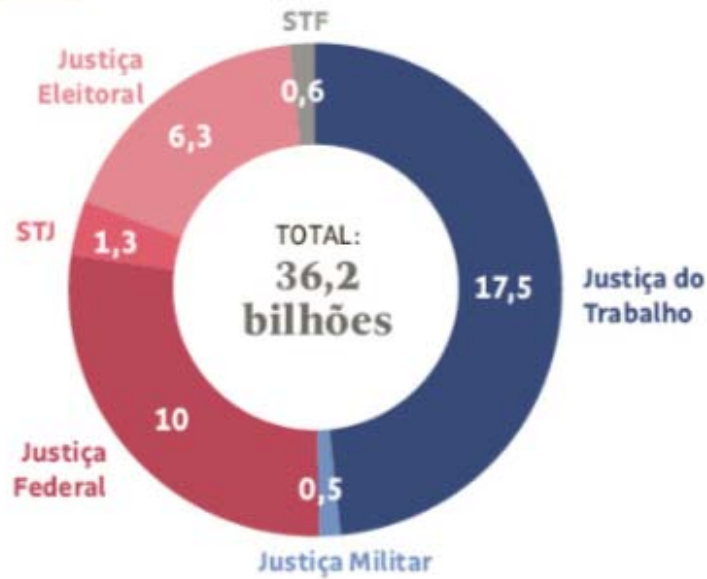
STF

Gasto com pessoal:
R\$ 380 milhões





Total do orçamento
Em R\$ bilhões



Impactos no orçamento em 2019

R\$ 59,3 bilhões é quanto o governo pode gastar a mais no ano que vem, de acordo com a regra do teto de gastos

R\$ 42,1 bilhões (71%)

é o total que o governo terá comprometido de seu Orçamento para gastos em 2019 em razão do impacto dos reajustes de salários e benefícios

R\$ 17,2 bilhões

é o que sobra para o governo federal gastar no próximo ano



R\$ 1,4 bi

é o efeito cascata do Judiciário

R\$ 14,7 bi

é o efeito do reajuste do salário mínimo

R\$ 26 bi

é o impacto do reajuste para o funcionalismo

*Não inclui a Justiça estadual Fontes: Tesouro Nacional e CNJ

Sentido de urgência e visão de longo prazo

PEDRO S. MALAN

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, tomaram a iniciativa de se oferecer para conversar com os economistas responsáveis pelos programas econômicos dos principais candidatos a presidente nas eleições de outubro. Mais que o simbolismo do gesto, o convite ao diálogo – e sua aceitação – tem importância que não deve ser subestimada. Nesta quadra difícil da vida nacional, como raras vezes na história recente do País, nunca foi tão importante formar uma certa ideia, mais ou menos compartilhada, sobre onde estamos.

Mesmo quando há legítimas divergências sobre como chegamos à situação atual e, por certo, diferença de opinião sobre o que nos reserva o incerto futuro. Vale lembrar, neste agosto turbulento, um aspecto de experiência da transição de 2002 para 2003, ou seja, de FHC II para o governo que resultasse das urnas de outubro daquele ano. Em agosto, o então presidente convidou para reuniões – separadas – no Palácio do Planalto os quatro principais candidatos à Presidência e seus principais assessores econômicos e políticos.

Compareceram às reuniões os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva, José Serra, Ciro Gomes e Garotinho, com seus assessores de maior confiança. A todos foram explicadas as razões que haviam

levado o governo – dadas as então crescentes incertezas sobre o que poderiam vir a ser as políticas de um novo governo a partir de 1/1/2003 – a negociar nos meses de junho a julho um acordo preventivo com o FMI no valor (recorde à época) de US\$ 30 bilhões, mais de 80% dos quais estariam disponíveis para o futuro governo.

O Congresso já havia então aprovado a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com o superávit primário definido para 2003. Os encontros transcorreram em clima civilizado e a imprensa registrou devidamente, à época, não apenas a longa entrevista do presidente FHC no mesmo dia (19/8/2002) descrevendo o encontro, como os pronunciamentos dos candidatos no dia e em várias ocasiões subsequentes.

Lula reiterou seu compromisso com palavras claras: “Nosso governo vai preservar o superávit primário o quanto for necessário de maneira a não permitir que ocorra um aumento da dívida interna em relação ao PIB, o que poderia destruir a confiança na capacidade do governo de cumprir seus compromissos”. Além de reafirmar compromissos de honrar contratos e controlar a inflação. Ciro Gomes foi na mesma linha. José Serra apoiou. A situação das contas externas hoje é seguramente muito mais favorável do que era em 2002, dados o superávit

comercial, o nível de reservas, o ingresso de investimento direto estrangeiro.

Porém o grau de incertezas na área de finanças públicas e sobre políticas futuras é muito maior que em 2002, dados os déficits primários acumulados há anos (e por vir) e a insustentável situação da crescente dívida pública. A necessidade – urgente – de consolidação fiscal exige reformas e visão de longo prazo.

E mais diálogo, como em 2002, embora, como sabemos, a história nunca se repita. Apenas para ilustrar a magnitude do desafio das reformas, cabe lembrar que a taxa de crescimento da economia brasileira nos últimos 23 anos (1995-2017) foi de 2,4% ao ano em média, enquanto, segundo o FMI, o conjunto de 154 países emergentes e em desenvolvimento cresceu na média anual de 5,3% no mesmo período. Vale observar que, dividindo os 23 anos em três subperíodos – 1995-2002 (8 anos); 2003-2010 (8 anos) e 2011-17 (7 anos) –, as taxas de crescimento do Brasil e do mundo foram respectivamente: 2,4% e 4,2%; 4,1% e 6,8%; e 0,5% e 5%.

É evidente que temos problemas de natureza cíclica e problemas de natureza estrutural ou, dito de outra forma, problemas de curto, de médio e de longo prazos que exigirão





reformas com o sentido de urgência que a situação requer. O mais urgente desafio é a redução das incertezas sobre o grau de entendimento e de comprometimento das lideranças políticas (e do Congresso) com o processo de mudanças e de reformas. E, portanto, das grandes incertezas sobre a nossa capacidade de tê-las efetivamente implementadas em prazo hábil.

Há limites para a procrastinação: está a esvair-se o bônus demográfico, e corremos sério risco de ficar para trás em relação a outros países relevantes e de nos tornarmos um país velho antes de nos transformarmos num país rico. Existem no Brasil visões distintas sobre identificação dos problemas mais relevantes, sobre suas inter-relações e, principalmente, sobre as formas mais apropriadas, desejáveis ou efetivas de com eles lidar. Essas legítimas diferenças de opinião, com

frequência, se expressam de forma conflitiva como parte de um processo muito mais amplo que a tradicional visão de política como competição pelo poder, com ênfase nos processos eleitorais.

Na verdade, os conflitos numa sociedade de massa que procura se organizar como uma efetiva democracia pluralista, num país marcado por profunda heterogeneidade estrutural e disparidades sociais e regionais, podem ser vistos de duas maneiras básicas: a primeira, negativa, é de lhes conferir capacidade de gerar um tal nível de instabilidade política que possa chegar a comprometer o desenvolvimento econômico e social do país.

A segunda maneira básica de ver os inúmeros conflitos que se desdobram continuamente entre nós é como algo que pode,

eventualmente, contribuir para a progressiva consolidação da democracia, antes que para seu enfraquecimento. Não há razão para que, entre nós, não possa prevalecer, ainda que gradualmente, a segunda visão acima mencionada: a de uma certa ideia de um Brasil decente, politicamente democrata e republicano, socialmente progressista e inclusivo, além de economicamente responsável, em particular na gestão das finanças públicas.

Esta última não constitui um fim em si mesma, mas sem ela não haverá como o Brasil alcançar as taxas de crescimento da renda e do emprego que constituem o nada obscuro objeto de desejo da maioria dos brasileiros.

ECONOMISTA, FOI
MINISTRO DA FAZENDA NO
GOVERNO FHC

ORÇAMENTO »**Ação popular contra aumento do STF**

Percentual “viola o princípio da razoabilidade”, diz o autor da demanda

Advogado recorre à Justiça para suspender o reajuste de 16,38% nos subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal

» VERABATISTA

O advogado Carlos Alexandre Klomfahs ingressou com ação popular na 25ª Vara Cível de São Paulo, com pedido de urgência, contra o reajuste salarial de 16,38% reivindicado pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele pede que a análise do aumento seja imediatamente suspensa no STF, no Ministério do Planejamento e no Congresso Nacional.

“Sei que corro o risco de ser boicotado e de perder todos os processos daqui para frente por represália de alguns. Mas acho que a sociedade precisa tomar uma atitude”, destacou Klomfahs. Ele lembrou que o impacto financeiro da elevação dos salários é grande. “Além do reflexo no Poder Judiciário da União, há o efeito nos Poderes Executivo e Legislativo, que não podem ter valores diferentes entre si”, disse.

“Causa espécie e furor à sociedade brasileira, que, tomando como parâmetro o percentual do aumento do salário mínimo de 2017

para 2018, que foi de 1,81%, e o índice oficial da inflação (IPCA), de 2,95%, tenhamos que aceitar passivamente o percentual de reajuste do Judiciário e seus consectários, de 16,38%, que, notadamente, viola os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e os objetivos da República Federativa do Brasil em construir uma sociedade livre, justa e solidária e reduzir as desigualdades sociais”, afirma o advogado na ação.

Para Klomfahs, o regime de urgência se justifica porque o aumento deverá ser incluído no projeto do Orçamento da União para 2019, a ser encaminhado ao Congresso até 31 de agosto.

O advogado citou pesquisa divulgada em novembro de 2017, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontando que 50% dos brasileiros ganham por mês, em média, 15% a menos que o salário mínimo. Por isso, o reajuste de 16,38%, além de agravar a crise político-econômica do país, aumentaria a concentração de renda. E lembrou que, tão logo o STF tenha concordado com o aumento, o Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) também aprovou os 16,38% para todos os procuradores da República. Caso o reajuste seja confirmado pelo Congresso, 80,2% do orçamento do MPF, de R\$ 4,067 bilhões, passaria a ser destinado ao pagamento de





salários, reforçou.

"Escárnio contra o contribuinte"

O senador Reguffe (Sem partido-DF) antecipou o voto contrário ao aumento de 16,38% no salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). O reajuste foi incluído na proposta de orçamento que ainda será votada pelo Congresso. Quando for a vez de os parlamentares darem o parecer sobre o assunto, Reguffe dirá “não” ao aumento, por entender se tratar de “um escárnio com o contribuinte”. O senador ressaltou o efeito cascata de rever o salário dos ministros do Supremo, que é o teto do funcionalismo público e, portanto, “gera aumentos em cadeia”.

“É uma irresponsabilidade total.

As pessoas esquecem que tem alguém que vai ter que pagar por isso”, disse Reguffe.